



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

Table showing balance sheet mutations for 2023 and 2024, including columns for Reservas de capital, Reservas de lucros, and Total.

(*) Com a entrada em vigor da Circular nº 678/2022, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no patrimônio líquido. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

Table showing income statement results for 2023 and 2024, including items like Prêmios emitidos, Resultados com operações de seguros, and Lucro líquido do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

Table showing comprehensive income statement results for 2023 and 2024, including adjustments and total comprehensive income.

(*) Com a entrada em vigor da Circular nº 678/2022, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no patrimônio líquido. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
1.1. Icatu Seguros S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro...
2. Base de preparação e divulgação
2.1. Base de mensuração
2.2. Moeda funcional e de apresentação
3. Resumo das principais políticas contábeis materiais
3.1. Apuração do resultado

Demonstrações dos fluxos de caixa
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

Table showing cash flow statements for 2023 and 2024, categorized into ATIVIDADES OPERACIONAIS, DE INVESTIMENTO, and DE FINANCIAMENTO.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

emissão. São apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos (PPNG) e dos custos de aquisição diferidos...
3.2. Balanço patrimonial
3.3. Caixa e bancos e equivalentes de caixa
3.4. Instrumentos financeiros
3.4.1. Mensuração e classificação
3.4.1.1. Custo amortizado
3.4.1.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)





ICATU SEGUROS S.A. CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Provisão contingências trabalhistas, Provisão contingências civéis, Provisão contingências fiscais, etc.

12. Outros valores e bens

12.1. Débitos diversos

O arrendamento comporta substancialmente alugueis de veículos, imóveis e notebooks e a amortização conforme nota 3.6., acompanha o tempo de vigência dos contratos, com taxas de 0,6% a 8,2% ao mês.

13. Investimentos

13.1 Composição dos investimentos

A Companhia possui a totalidade de seus investimentos em controladas e coligadas em empresas brasileiras, exceto quanto a Icatu S.A. de Capitalización y Ahorro, que é uma empresa argentina, que não está operacional.

Table showing investment composition with columns for Investment, Resultado Patrimonial, and Lucro. Rows include Icatu Capitalização S.A., Brasilcap Capitalização S.A., etc.

(a) Obras de arte.

(*) O resultado patrimonial e investimento na Icatu Capitalização S.A. foram impactados positivamente pela prescrição dos sorteios dos produtos PU ocorrida no primeiro semestre de 2024.

(**) Em 30 de setembro de 2023, a Icatu Serviços de Adm. Previdenciária S.A. incorporou a Icatu Consultoria de Investimentos S.A. Em virtude dessa incorporação, o resultado patrimonial e investimento nessas companhias foram impactados.

(***) Para fins de reestruturação societária do Grupo Icatu, a Icatu Assessoria foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., também controlada integral da Companhia, em 1º de janeiro de 2025. O laudo de avaliação foi emitido em 31 de outubro de 2024 e a incorporação foi efetuada considerando os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024.

A seguir, a movimentação das principais participações acionárias da Companhia:

Table showing movements of main equity participations with columns for Saldo em 01/01/2023, Adições, Reduções, Dividendos, Ajuste TVM, etc.

14. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto por bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, as quais tendem a beneficiar o Grupo Icatu por mais de um exercício.

Table showing depreciation for equipment, vehicles, and other immobilizations.

Table showing depreciation for equipment, vehicles, and other immobilizations (continued).

(a) Referem-se a benfeitorias.

15. Intangível

Os intangíveis são compostos da seguinte forma:

Table showing amortization for internally developed intangibles and acquired from third parties.

Table showing amortization for internally developed intangibles and acquired from third parties (continued).

(a) Registra o valor pago pela compra do direito de comercialização, em caráter de exclusividade, de produtos de seguros de pessoas e previdência nos canais de distribuição de parceiras, que são elas: Banco do Nordeste (BNB), Banese, Guia-Bolso, Banco Inter, Azimut e 88i.

16. Obrigações a pagar e outras contas a pagar

As principais obrigações a pagar são apresentadas a seguir:

16.1. Obrigações a pagar

Table showing payables and other accounts payable.

16.2. Outras contas a pagar

Table showing other accounts payable.

Table showing assets and liabilities as of 31/12/2023.

Table showing assets and liabilities as of 01/01/2023.

Table showing lease payments and interest.

- (a) Referem-se aos valores a pagar à funcionários, conforme convenção interna, referente a participação nos lucros, para os programas de curto e longo prazos; (b) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda; (c) Referem-se aos pagamentos a efetuar para outras instituições, relacionadas a portabilidades; (d) São verbas destinadas e provisionadas as despesas com marketing, em percentuais definidos em contratos com parceiros; (e) Referem-se a provisões de campanhas junto a parceiros e corretores para apuração no exercício seguinte; (f) Estão relacionadas as provisões de despesas da Companhia, contratos e outras relacionadas a benefícios e descontos de folha dos funcionários; (g) Valores definidos em contratos de parceria destinados à distribuição de excedentes técnico contábil decorrentes de superávit; e (h) São valores a pagar, referentes a divisão de resultados, conforme acordo contratual com os parceiros Swiss Life e Insuerope.

17. Impostos e encargos sociais a recolher

São valores apurados e devidos, referentes a tributos e encargos sociais, com exigibilidade no curto prazo:

Table showing taxes and social charges to be collected.

18. Impostos e contribuições

São os impostos e contribuições apurados e lançados, para pagamentos de curtíssimo prazo:

Table showing taxes and contributions.

19. Débitos das operações – operações com seguradoras e resseguradoras

Essas obrigações são referentes aos contratos de cosseguros e resseguros cedidos, que a Companhia adquire com o intuito de mitigar os riscos assumidos perante os segurados, estratégia que faz parte do gerenciamento dos riscos de suas operações. Adicionalmente, há obrigações com o pagamento de pró-labore e comissões, referente a esses mesmos contratos, bem como a estimativa atuarial para aqueles contratos com risco vigentes e não emitidos.

Table showing debits from operations with reinsurers.

Table showing debits from operations with reinsurers (continued).

Table showing debits from operations with reinsurers (continued).

Table showing debits from operations with reinsurers (continued).

A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

Table showing the distribution of third-party deposits.



JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA:33270067000103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/



continua



ICATU SEGUROS S.A. CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

21. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - seguros

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023, subdivided into Circulante and Não circulante. Categories include Prêmios não ganhos, Sinistros a liquidar, Benefícios a conceder, etc.

Table showing Provisões técnicas - seguros with columns for Saldos em 31/12/2023 and 31/12/2024, including sub-headers like Baixas/Amortizações, Atualização monetária, and Saldos em 31/12/2024.

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Table showing the movement of technical provisions and acquisition costs for 2024, including Saldos em 01/01/2023, Constituições, Baixas/Amortizações, and Saldos em 31/12/2024.

Table showing Saldo em 31/12/2023, Constituições, and Saldo em 31/12/2024 for acquisition costs, detailing Circulante and Não circulante.

Table showing Saldo em 01/01/2023, Constituições, Amortizações, and Saldo em 31/12/2024 for acquisition costs.

21.1. Análise de sensibilidade - seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado. As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada e o stress de 10% na sinistralidade mostrou-se adequado e suficiente para a cobertura das oscilações.

Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

Table titled 'Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido' showing the impact of sensitivity analysis on results and equity.

22. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - previdência complementar

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens e, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023, subdivided into Circulante and Não circulante. Categories include Prêmios não ganhos, Sinistros a liquidar, Benefícios a conceder, etc.

23. Desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais bruto de resseguro está demonstrado a seguir:

Table showing the development of gross claims from 2014 to 2024, including 'No ano do aviso' and 'Sinistros a liquidar total'.

(* Os sinistros com aviso anteriores a 2014 estão contemplados no item "sinistros pendentes fora da análise".

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais líquidos de resseguro está demonstrado a seguir:

Table showing the development of net claims from 2014 to 2024, including 'No ano do aviso' and 'Sinistros a liquidar total'.

(* Os sinistros com aviso anteriores a 2014 estão contemplados no item "sinistros pendentes fora da análise".

Table showing movement of technical provisions and acquisition costs for 2023, including Saldos em 31/12/2023 and 31/12/2024.

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Table showing the movement of technical provisions and acquisition costs for 2023, including Saldos em 31/12/2023 and 31/12/2024.

Table showing Saldo em 01/01/2023, Constituições, Amortizações, and Saldo em 31/12/2024 for acquisition costs.

Table showing Saldo em 01/01/2023, Constituições, Amortizações, and Saldo em 31/12/2024 for acquisition costs.

22.1. Análise de sensibilidade - previdência

As premissas consideradas nas análises foram apuradas com base na experiência observada. Na desistência (transferência de recursos, rescates e/ou cancelamentos), o stress de 10% representa o dobro da oscilação média. Na conversão em renda, o incremento de 5% representa um aumento de 50% na média histórica de conversão em renda.

O teste indicou impacto quanto à redução da taxa de juros, como a seguir:

Table titled 'Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido' showing the impact of sensitivity analysis on results and equity.

(* O impacto da taxa de juros afetará somente o patrimônio líquido, conforme especificado na nota 3.17.2. Atualmente, a provisão de benefícios a conceder de planos de benefício definido está superavitária, por esse motivo os stress realizados nas premissas de conversão em renda, desistência e sobrevivência não apresentaram impacto no resultado.



JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA:33270067000103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/





ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

24. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões técnicas – seguros e previdência complementar	54.046.985	50.784.788
Ajustes:		
Depósito judicial	(5.972)	(6.421)
Direito creditório	(119.594)	(108.737)
Custos de aquisição diferidos (redutores)(a)	(597.925)	(428.064)
Provisões técnicas – resseguros (redutores)(b)	(113.778)	(143.912)
Eléito monetário (c)	–	14.855
Total a ser coberto	53.209.716	50.112.509
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Debêntures	57.875	9.254
Letras Financeiras – LF	126.139	128.119
Certificados de Depósito Bancário – CDB	5.066	–
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.298	–
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	52.543.256	50.289.300
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	892.210	268.436
Equivalente de caixa	23.149	28.708
Total de ativos vinculados	53.650.993	50.723.817
Ativos bloqueio judicial – não vinculado a cobertura de reserva	1.204	2.831
Total de aplicações (d)	53.652.197	50.726.648
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	441.277	611.308

(a) Custos de aquisição diferidos: circulante R\$ 343.727 e não circulante R\$ 444.915, total R\$ 788.642 sendo redutores R\$ 597.925 e não redutores R\$ 190.717;

(b) Ativos de resseguro: circulante R\$ 111.428 e não circulante R\$ 56.740, total de R\$ 168.168 sendo redutores R\$ 113.778 e não redutores R\$ 54.390;

(c) Diferença entre o valor dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e seus respectivos valores justos; e

(d) Os títulos mensurados ao custo amortizado são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 143.604 menor que o valor contábil (R\$ 13.227 maior que o valor contábil em 31/12/2023) (nota 5.1.).

25. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

25.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados a contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na rubrica "provisão de sinistros a liquidar", no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização (notas 19 e 20). Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que estão ligados a contratos existentes:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	959	139.046	139.046	969	138.477	138.477
Possível	3.320	437.094	–	3.171	420.450	–
Remota	21	5.220	–	30	6.547	–
Total	4.300	581.360	139.046	4.170	565.474	138.477

Abaixo, a movimentação das provisões judiciais relacionadas a sinistros e benefícios, registradas como Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
PSL judicial	138.477	66.834	(65.774)	(491)	139.046
Total	138.477	66.834	(65.774)	(491)	139.046

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
PSL judicial	145.735	57.840	(64.600)	(498)	138.477
Total	145.735	57.840	(64.600)	(498)	138.477

25.2. Outras provisões judiciais

Referem-se ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante na rubrica "outros débitos", conforme demonstrado a seguir:

Causas cíveis – não relacionadas a sinistros/benefícios						
	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	446	11.210	11.210	453	10.766	10.766
Possível (a)	1.641	244.686	–	1.112	201.081	–
Remota	13	4.888	–	15	4.298	–
Total	2.100	260.784	11.210	1.580	216.145	10.766

(a) Em 17/07/2023, a Companhia recebeu um requerimento de instauração de arbitragem o qual, de acordo com o parágrafo 92 do CPC 25, ela se reserva o direito de não dar detalhes para preservar sua posição na disputa. A Companhia, com base em avaliação feita por seus assessores, informa que os seus argumentos de defesa são sólidos e a sentença arbitral deve ser favorável aos seus interesses.

Causas trabalhistas

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	20	1.696	1.696	14	1.695	1.695
Possível	38	6.308	–	38	5.172	–
Total	58	8.004	1.696	52	6.867	1.695

Causas fiscais

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	12	9.172	9.172	14	8.866	8.866
Possível	35	42.031	–	46	28.757	–
Remota	2	262	–	2	238	–
Total	49	51.465	9.172	62	37.861	8.866

Abaixo, a movimentação das provisões judiciais não relacionadas a sinistros e benefícios:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Cíveis	10.766	9.886	(8.556)	(886)	11.210
Trabalhistas	1.695	696	(418)	(277)	1.696
Fiscais	8.866	–	(20)	326	9.172
Total	21.327	10.582	(8.994)	(837)	22.078

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Cíveis	10.440	6.872	(5.596)	(950)	10.766
Trabalhistas	2.269	178	(598)	(154)	1.695
Fiscais	717	9.456	–	(1.307)	8.866
Total	13.426	16.506	(6.194)	(2.411)	21.327

25.3. Outras contas a pagar – obrigações fiscais

Nesta rubrica são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial, conforme composição a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
COFINS	154.295	96	6.784	161.175
PIS	35.029	16	1.557	36.602
Outros impostos	2.346	–	102	2.448
Total	191.670	112	8.443	200.225

	Saldo em 01/01/2023	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
COFINS	143.486	10.809	154.295
PIS	32.720	2.309	35.029
Outros impostos	2.224	122	2.346
Total	178.430	13.240	191.670

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais:

27. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Icatu Capitalização S.A. (Controlada) (a) (b)	22.446	36.000	–	–	–	–	7.185	(44.396)
Icatu Assessoria S.A. (Coligada) (b)	–	29.403	–	–	59.280	108.896	–	–
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controlada) (b)	13.434	12.957	–	–	14.549	4.647	–	–
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b) (c)	96	10.100	(52)	(43)	805	1.229	(441)	(504)
Itumbiara Participações Ltda. (Controlada) (b)	–	–	–	–	36	–	–	–
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) (b)	3	1	–	–	3	13	–	–
Vanguardacap Capitalização S.A. (Controlada) (b)	230	304	–	–	16	22	–	–
Rio Grande Capitalização S.A. (Controlada) (a)	1.514	4.362	–	–	–	–	(3.421)	(571)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) (e)	3.192	2.245	(7.790)	(9.054)	46.202	48.060	(102.276)	(122.511)
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) (f)	–	–	–	–	–	–	(4.559)	(4.437)
Brasilcap Capitalização S.A. (Coligada) (g)	–	111	–	–	–	–	–	–
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Ligada) (h) (i)	1.091	656	–	–	–	–	(2.170)	(2.369)
Administradores/Acionistas (Outros) (d)	–	–	–	–	–	–	(26.441)	(26.690)
Total	42.006	96.139	(7.842)	(9.097)	120.891	170.052	(183.704)	(182.338)

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	29.961	26.146	176.088	160.896	206.049	187.042
Faturamento (b)	7.882	10.411	–	–	7.882	10.411
Exclusão do ISS da base (c)	–	45	–	279	–	324
Saldo total 31/12/2024	37.843	36.602	176.088	161.175	213.931	197.777

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	28.257	24.014	166.132	154.137	194.389	178.151
Faturamento (b)	12.402	10.989	–	–	12.402	10.989
Exclusão do ISS da base (c)	–	26	–	158	–	184
Saldo total 31/12/2023	40.659	35.029	166.132	154.295	206.791	189.324

(a) PIS/COFINS: Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014; Discussões vinculadas aos temas STF nº 372 e 1.309 (Recurso Extraordinário nº 1479774);

(b) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de julho de 1997 em diante – Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988; e

(c) ISSQN - Exclusão da base de cálculo de PIS/COFINS – Discussão vinculada ao tema STF nº 118 (Recurso Extraordinário nº 592.616).

25.4. Depósitos judiciais e fiscais

A seguir, a composição da rubrica "depósitos judiciais e fiscais" classificada no ativo não circulante:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	19.626	19.411
Trabalhistas	398	306
Fiscais	224.840	216.977
Total	244.864	236.694

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	Saldo em 31/12/2023	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Fiscais (*)	216.977	(5.056)	12.919	224.840
Total	216.977	(5.056)	12.919	224.840

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Fiscais (*)	202.851	51	(211)	14.286	216.977
Total	202.851	51	(211)	14.286	216.977

(*) Principais processos judiciais: PIS/COFINS – Alargamento da base – Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre – Lei nº 12.973/2014; PIS – Sobre as receitas brutas operacionais de julho de 1997 em diante – Emenda Constitucional nº 17/1997; e PIS – Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

26. Patrimônio líquido

26.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 640.350, representado por 93.983.477 ações sem valor nominal, sendo 81.472.511 ações ordinárias e 12.510.966 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital.

26.2. Reservas de capital

As reservas de capital de R\$ 35.577 são compostas pela reserva de ágio na subscrição de ações no valor de R\$ 34.659 e outras reservas de capital no valor de R\$ 918.

26.3. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, as reservas de lucros de R\$ 1.442.564 (R\$ 1.388.694 em 31 de dezembro de 2023), são compostas por:

(i) A reserva legal de R\$ 128.070 é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor atinja 20% do capital social ou 30% da reserva legal mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor; (ii) A reserva estatutária de R\$ 1.324.795 (R\$ 1.260.624 em 31 de dezembro de 2023) contém o montante da reserva estatutária especial, e sua constituição contém o lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para reserva legal e dividendos, quando aplicáveis, observando os limites legais de teto, e tem como objetivo, principalmente, a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas e investimentos em tecnologia.



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- (a) Aquisição de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia;
- (b) Reembolsos de custos administrativos: rateio de despesas comuns a Companhia, suas controladas e ligadas. Os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;
- (c) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;
- (d) Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração aos Administradores, conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros. Remuneração e benefícios, de curto e longo prazo, pagos aos Administradores, registrada na rubrica "despesas administrativas";
- (e) A Companhia mantém acordo operacional de cosseguo com sua controlada indireta Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
- (f) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários;

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo:

Ramos	Prêmio líquido de cosseguo		Prêmio cedido resseguro		Seguro (-) resseguro prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vida em grupo	2.162.430	1.831.774	48.241	68.842	2.114.189	1.762.932	97,77%	96,24%	2,23%	3,76%
Prestamista	860.694	762.381	20.147	22.277	840.547	740.104	97,66%	97,08%	2,34%	2,92%
Acidentes pessoais	636.748	505.985	10.628	10.254	626.120	495.731	98,33%	97,97%	1,67%	2,03%
Vida individual	322.406	171.697	23.449	16.629	298.957	155.068	92,73%	90,31%	7,27%	9,69%
Rural	263.401	215.323	22.393	23.084	241.008	192.239	91,50%	89,28%	8,50%	10,72%
Outros	395	1.842	135	791	260	1.051	65,82%	57,06%	34,18%	42,94%
Total	4.246.074	3.489.002	124.993	141.877	4.121.081	3.347.125	97,06%	95,93%	2,94%	4,07%

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	31/12/2024	31/12/2023
Resseguradora local	99.645	95.050
Resseguradora admitida	25.046	46.582
Resseguradora eventual	302	245
Total	124.993	141.877

29. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

29.1. Prêmios ganhos – seguros

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos	4.290.353	3.538.487
Prêmios emitidos direto	4.395.447	3.659.858
Prêmios cosseguo aceito a congêneres	10.320	9.979
Prêmios cosseguo cedido a congêneres	(149.373)	(170.856)
Prêmios riscos vigentes não emitidos	33.959	39.507
Contribuições para cobertura de riscos	16.916	16.252
Receitas de contribuições planos de repartição simples	8.117	7.748
Receitas de contribuições planos de renda	8.846	8.565
Restituições	(47)	(61)
Variação das provisões técnicas	(532.168)	(394.311)
Variação das provisões técnicas	(532.168)	(394.311)
Total	3.775.101	3.160.428

29.2. Sinistros ocorridos – seguros

	31/12/2024	31/12/2023
Indenizações avisadas	(1.452.842)	(1.169.123)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(37.455)	(51.674)
Despesas com sinistros	(7.871)	(6.127)
Despesas com benefícios-seguro vida individual (-) VGBL	(9.436)	(11.870)
Recuperação de indenizações	54.259	49.995
Outras despesas com sinistros	(14.481)	(16.219)
Total	(1.467.826)	(1.205.018)

29.3. Custo de aquisição – seguros

	31/12/2024	31/12/2023
Comissões sobre prêmios emitidos	(1.240.948)	(1.067.414)
Recuperação de comissões de cosseguo	39.684	45.521
Variação com despesas de comercialização diferida	131.043	141.126
Pró-labore sobre prêmios emitidos	(188.879)	(156.650)
Outras despesas de comercialização	(15.663)	(17.455)
Total	(1.274.763)	(1.054.872)

29.4. Outras despesas operacionais – seguros

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com cobranças	(15.203)	(13.428)
Provisão para contingências cíveis	(256)	(2.871)
Reversão/(constituição) de provisão para riscos de créditos	583	(5.990)
Excedente técnico	(215.954)	(220.464)
Despesas com títulos de capitalização	(47.817)	(35.827)
Outras receitas operacionais	1.289	13.212
Total	(277.358)	(265.368)

29.5. Resultado com operações de resseguros – seguros e previdência

	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de indenização – seguros	128.501	55.957
Recuperação de indenização de benefícios – previdência	(81)	3.146
Prêmio cedido em resseguro – seguros (*)	(124.993)	(141.877)
Prêmio cedido em resseguro – previdência	(751)	(1.706)
Variação dos sinistros ocorridos – seguros	(2.949)	11.403
Variação das provisões técnicas – seguros	7.797	6.876
Variação das provisões técnicas – previdência	39	(44)
Outras receitas com resseguro	3.140	2.699
Total	10.703	(63.546)

(*) Refere-se, basicamente, a pagamento de prêmio de ajuste em resseguro não proporcional em vida.

29.6. Rendas de contribuições e prêmios de VGBL – previdência

	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	5.488.899	4.065.888
Prêmios emitidos	3.689.021	2.514.309
Receitas de contribuições planos de renda	3.918	3.105
Receitas de contribuições planos de contribuição variável	1.797.225	1.549.885
Restituições	(1.265)	(1.411)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(5.448.078)	(4.020.793)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(5.448.078)	(4.020.793)
Total	40.821	45.095

29.7. Variação das outras provisões técnicas – previdência

	31/12/2024	31/12/2023
PPNG – planos de repartição simples	13	59
PPNG – planos de repartição simples RVNE	3	(3)
PPNG – planos de renda	(21)	54
PPNG – planos de renda RVNE	3	(7)
PVR – planos de renda	(11.530)	(18.307)
Despesas com benefícios e resgates	(25.821)	(36.056)
Outras provisões	(10.849)	(4.067)
Total	(48.202)	(58.327)

29.8. Custo de aquisição – previdência

	31/12/2024	31/12/2023
Comissões sobre prêmios emitidos	(54.312)	(57.460)
Despesas com pró-labore	(48.324)	(46.326)
Outras despesas de comercialização	(5.569)	(3.552)
Total	(108.205)	(107.338)

- (g) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;
- (h) Saldo em conta corrente; e
- (i) Despesas com tarifas bancárias e de arrecadação.

28. Principais ramos de atuação – seguros
Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramos	31/12/2024			31/12/2023		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissamento	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissamento
Vida em grupo	2.146.930	44,68%	30,68%	1.825.472	44,61%	30,25%
Prestamista	700.287	30,51%	40,75%	644.403	25,63%	41,54%
Acidentes pessoais	486.196	31,83%	36,95%	356.471	37,48%	34,11%
Vida individual	192.101	37,78%	38,51%	117.215	31,15%	40,66%
Rural	232.308	29,04%	33,13%	198.799	26,80%	32,91%
Outros	17.279	0,94%	0,21%	18.068	12,06%	1,83%
Total	3.775.101	38,88%	33,77%	3.160.428	38,13%	33,38%

29.9. Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal próprio	(285.030)	(248.287)
Serviços de terceiros	(101.309)	(87.244)
Localização e funcionamento	(150.541)	(139.979)
Publicidade e propaganda	(52.891)	(45.335)
Publicações	(190)	(190)
Doativos e contribuições	(2.001)	(1.557)
Despesas administrativas diversas	(4.332)	(4.084)
Total	(596.294)	(526.676)

29.10. Despesas com tributos

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos	(12.703)	(10.351)
COFINS	(101.043)	(85.111)
PIS	(16.446)	(13.851)
Taxa de fiscalização	(5.987)	(5.181)
Outras despesas com tributos	(485)	(351)
Total	(136.664)	(114.845)

29.11. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Custo amortizado	143.507	70.904
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	143.507	70.904
VJORA	122.278	58.295
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	122.278	58.295
VJR	4.281.021	6.300.560
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	4.268.427	6.290.616
Títulos de renda fixa	12.594	9.944
Outras receitas financeiras	16.269	20.543
Total – receitas financeiras	4.563.075	6.450.302
VJR	(1.350.351)	(881.778)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	(1.350.351)	(881.778)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – seguros	(1.807.146)	(3.143.238)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – previdência	(1.108.147)	(2.182.195)
Outras despesas financeiras	(83.545)	(32.979)
Total – despesas financeiras	(4.349.189)	(6.240.190)
Total	213.886	210.112

30. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	587.461	587.461	421.268	421.268
Participação nos lucros e resultados	(101.153)	(101.153)	(54.649)	(54.649)
Base de cálculo	486.308	486.308	366.619	366.619
Adições	316.031	306.397	297.123	296.847
Adição permanente	2.907	2.907	3.132	3.132
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	22.735	22.735	21.984	21.984
Doações e patrocínios indedutíveis	984	984	726	726
Provisão para excedente técnico	27.257	27.257	26.006	26.006
Outras provisões	55.408	45.774	86.446	86.170
Participação nos lucros e resultados	99.829	99.829	62.424	62.424
Tributos e contribuições em questionamento judicial	98.357	98.357	83.287	83.287
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	8.453	8.453	13.118	13.118
Arrendamento mercantil	101	101	-	-
Exclusões	(651.824)	(611.908)	(568.363)	(564.109)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(21.984)	(21.984)	(14.082)	(14.082)
Provisão para excedente técnico	(26.006)	(26.006)	(16.714)	(16.714)
Outras provisões	(89.258)	(49.342)	(45.485)	(41.231)
Equivalência patrimonial	(363.813)	(363.813)	(321.053)	(321.053)
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(108.115)	(108.115)	(98.357)	(98.357)
Participação nos lucros e resultados	(39.811)	(39.811)	(33.290)	(33.290)
PIS e COFINS diferidos	(2.837)	(2.837)	(3.942)	(3.942)
Arrendamento mercantil	-	-	(35.440)	(35.440)
Resultado ajustado	150.515	180.797	95.379	99.357
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	(45.154)	(54.239)	(28.613)	(29.806)
Lucro após as compensações	105.361	126.558	66.766	69.551
Alíquotas oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(26.940)	(19.369)	(15.672)	(9.619)
Incentivos fiscais	1.714	-	807	-
Constituição/(Reversão) de créditos tributários	(737)	(1.805)	5.463	3.098
Despesas com IRPJ/CSLL	(25.963)	(21.174)	(9.402)	(6.521)
Alíquota efetiva – resultado antes dos tributos	5,34%	4,35%	2,56%	1,78%

31. Eventos subsequentes

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 29 de janeiro de 2025, a Companhia deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$ 55.000, provenientes da "reserva de lucros", a computar nos dividendos obrigatórios de 2025.

Conselho de administração			
Presidente			
Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga			
Conselheiros			
Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga	Luciano Snel Corrêa		
Diretoria			
Diretor-Presidente			
Luciano Soares			
Diretores			
Alexandre Petrone Vilardi	César Luiz Salazar Saut	Marcio de Moraes Palmeira	Rachel Ferreira Bonel
Contador			
Ivandro de Almeida			



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Relatório dos Auditores Independentes sobre às Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Seguros S.A. Rio de Janeiro – RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros e de previdência	
Veja Notas 3.16, 21 e 22 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.16, 21 e 22 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e de previdência privada: Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e Provisão Complementar de Cobertura ("PCC"), sendo esta última constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado pelo teste de adequação de passivos. Tais provisões técnicas, bem como o teste de adequação de passivos, efetuados com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e do teste de adequação dos passivos. - conciliação das bases de dados operacionais suporte da PMBaC, do IBNR e da PPNG – RVNE com os respectivos saldos contábeis. - teste, com base em amostragem, da precisão das bases de dados operacionais utilizadas no cálculo da PMBaC, IBNR e PPNG – RVNE, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos certificados, avisos de sinistros e apólices, respectivamente. - Para os produtos VGBL e PGBL, realizamos o confronto do saldo reconhecido de PMBaC, na data-base auditada, com os respectivos fundos de investimentos, que garantem a respectiva provisão, para os quais executamos procedimentos de confirmação dos saldos com a instituição financeira administradora, executamos ainda teste de custódia desses ativos dados em garantia da provisão, além do teste de valorização das cotas. - com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial: (i) Para os demais produtos de previdência, efetuamos, com base em amostragem, recálculo da PMBaC de acordo com as condições contratuais, incluindo atualização monetária; e (ii) avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas, projeções de prêmios e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e no teste de adequação dos passivos, bem como efetuamos recálculo independente das referidas provisões técnicas e do teste de adequação dos passivos partindo das bases de dados operacionais da Companhia. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação de se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, concluir, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
- Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025.
- KPMG Auditores Independentes Ltda.
- CRC SP-014428/O-6 F-RJ
- José Claudio Costa
- Contador CRC 1SP167720/O-1



Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Relativo ao Exercício Social Findo em 31 de Dezembro de 2024

Ao Conselho de Administração da Icatu Seguros S.A.
INTRODUÇÃO
O Comitê de Auditoria (Comitê) da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, compreendendo: Icatu Capitalização S.A., Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, Vanguardacap Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. (doravante referidas em seu conjunto como "demais empresas supervisionadas"), foi constituído e funciona de acordo com as normas emanadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especificamente à Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, bem como de acordo com o Estatuto Social da Icatu Seguros S.A. e com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

ATRIBUIÇÕES
O Comitê tem entre suas principais atribuições assessorar o Conselho de Administração: (i) na qualidade e integridade das demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, previamente à sua divulgação, inclusive as notas explicativas e o relatório da Administração sobre essas demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas; (ii) no cumprimento das disposições legais e regulamentares; (iii) na verificação da qualificação, independência e atuação dos auditores independentes; (iv) na atuação da auditoria interna; e (v) nas atividades de gerenciamento de riscos, conformidade e de controles internos.

É responsabilidade dos Administradores a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, bem como a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações financeiras.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração, inclui a verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações financeiras. Os auditores independentes são responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas dos Administradores, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, conformidade, de controles internos e atuarial, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e avaliações efetuadas pelo Comitê.

ATIVIDADES DO COMITÊ

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria prevê que seus membros se reúnam ordinariamente uma vez a cada semestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

As principais atividades e trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, compreenderam:

- Reuniões com executivos e profissionais das áreas de Operações, Controladoria, Contabilidade, Tributária, Financeira, Atuarial, Jurídico Contencioso, Tecnologia e Segurança da Informação, Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade, Auditoria Interna, Recursos Humanos, Privacidade e Ouvidoria;
- Revisão do plano anual, acompanhamento dos trabalhos e dos relatórios emitidos pela Auditoria Interna. O Comitê acompanhou, também, a implantação dos planos de ação propostos para mitigação das deficiências ou oportunidades de melhorias nos controles internos identificadas pela Auditoria Interna;
- Avaliação da independência, do planejamento, da execução e resultado dos trabalhos realizados pelos

auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas em 31 de dezembro de 2024, bem como sobre os controles internos, cumprimento de dispositivos legais e regulatórios e divulgação de informações contábeis, assim como a implantação das ações propostas para melhoria dos procedimentos e do ambiente de controles internos;

- Revisão dos relatórios emitidos pela Ouvidoria sobre as atividades realizadas no segundo semestre de 2023 e do primeiro semestre de 2024, bem como a avaliação dos correspondentes resultados apresentados;
- Acompanhamento das atividades executadas pelos Administradores relacionadas com a avaliação e gerenciamento de riscos, gestão do sistema de controles internos e cumprimento dos normativos internos e externos;
- O Comitê também acompanhou, junto às áreas responsáveis, as ações desenvolvidas para implantação dos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, resultados da avaliação da aplicação de procedimentos de prevenção a fraudes e apuração de reflexos nas demonstrações financeiras. O Comitê também revisou o Apetite a Riscos, contendo o acompanhamento dos enquadramentos durante o exercício. A Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas encontram-se dentro dos limites do Apetite a Riscos em 31 de dezembro de 2024;
- Avaliação da independência, do planejamento, da execução e do resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes quanto à adequação das provisões técnicas e correspondentes ativos de cobertura, assim como dos correspondentes pareceres emitidos;
- Reuniões realizadas com a Diretoria abordando aspectos sobre o negócio, resultado dos trabalhos da auditoria interna, cumprimento dos aspectos regulamentares, contingências, provisões atuariais, segurança da informação e apresentação e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras. Nesse contexto, o Comitê também acompanhou os impactos do incidente climático ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul, os reflexos nas demonstrações financeiras, o atendimento aos segurados e funcionários atingidos pela tragédia; e
- Os resultados dos trabalhos foram reportados ao Conselho de Administração nas reuniões semestrais para aprovação da divulgação das demonstrações financeiras. Não foram identificados fatos relevantes ou recomendações específicas a serem reportadas ao Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Considerando os resultados das atividades desenvolvidas, incluindo a revisão das demonstrações financeiras e as correspondentes notas explicativas, bem como o resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes contábil e atuarial, referentes ao exame das demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o Comitê de Auditoria entende que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos das empresas estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das suas operações, a aderência com os normativos internos, legais e regulatórios e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação para divulgação das demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025.

Maria Salete Garcia Pinheiro
Presidente do Comitê
Cristina Maria Cantanhede Amarante Biasotto Mano
Membro do Comitê
João Alceu Amoroso Lima
Membro do Comitê



JORNAL DIÁRIO
COMERCIAL
LTDA:33270067000103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,
que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/





ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da

Icatu Seguros S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Icatu Seguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Icatu Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Icatu Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025.

Daniela Sedel

Atuária MIBA 1721

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ: 02.668.801/0002-36

Rua do Passeio, nº 38 - 20021-290

Rio de Janeiro – RJ – Brasil



Anexo I

Icatu Seguros S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2024
Total de provisões técnicas auditadas	54.046.985
Total de ativos de resseguro	168.168
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	51.043

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2024
Provisões Técnicas auditadas (a)	54.046.985
Valores redutores auditados (b)	837.269
Total a ser coberto (a-b)	53.209.716

3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2024
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	763.919
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	763.919

4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2024
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	925.014
Ajustes Econômicos do PLA	424.743
Exigência de Capital (CMR) (b)	763.919
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	161.095
Ativos Garantidores (d)	53.650.993
Total a ser Coberto (e)	53.209.716
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	441.277

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	31/12/2024
0980, 0990, 1380, 1390	400
1329, 1383, 1384, 1391	1.200
0977, 0982, 1061, 1065, 1198, 1381	2.000
0929, 0984, 0987, 0993, 2293	6.000
Coberturas de morte e invalidez de previdência	1.200

